



PARECER Nº , DE 2013 – CN

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o Ofício nº 54, de 2012 - CN, *“Encaminha, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2000, e do artigo 1º, § 8º da Lei nº 12.453, de 21 de julho de 2011, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao terceiro trimestre de 2012”.*

Relator: Deputado **EVANDRO MILHOMEN**

I. RELATÓRIO

I. a - ANTECEDENTES

Em atendimento ao art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948/2009 e ao art. 1º, § 8º, da Lei nº 12.453/2011, o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES encaminhou ao Congresso Nacional Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao terceiro trimestre de 2012.

Cabe a esta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, de acordo com o art. 2º, III, “e”, da Resolução nº 1, de 2006-CN, emitir parecer e deliberar sobre as informações prestadas pelo Poder Executivo.

Coube-nos, por honrosa indicação do Presidente da Comissão, relatar a matéria.

I. b - ANÁLISE

O Relatório delinea, de início, panorama da economia mundial e brasileira no terceiro trimestre de 2012. Os analistas do BNDES observam que, nos EUA, a persistência do desemprego em níveis elevados associada às perspectivas de que a política fiscal acarretará contração da economia levam à manutenção de uma política monetária acomodatória. O afrouxamento monetário tem prazo indeterminado, até que se observe recuperação do mercado de trabalho.

Na Zona do Euro, os analistas observam que às duas operações de auxílio de liquidez ao sistema bancário se somou o anúncio do Banco Central Europeu de operações ilimitadas de compra de títulos no mercado secundário. Tais operações visam reduzir o custo de refinanciamento das dívidas soberanas das economias mais vulneráveis da região e, ao mesmo tempo, restabelecer o funcionamento dos mercados de crédito.

Na China, o PIB apresentou crescimento de 7,6% no terceiro trimestre, a menor taxa desde o segundo trimestre de 2009. A desaceleração decorre da



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO.

menor expansão do mercado imobiliário e da redução das exportações para a União Europeia.

No Brasil, o PIB do segundo trimestre de 2012 teve variação de 0,4% em relação ao trimestre anterior. Embora crescimento baixo, significou aceleração frente aos três trimestres anteriores. A contribuição da indústria voltou a ser negativa, em -0,6 p.p.. A agropecuária teve recuperação, contribuindo com 0,2 p.p.. O setor de serviços manteve o bom desempenho de períodos passados, com 0,4 p.p.. Os analistas do Banco esperavam aceleração progressiva a partir do terceiro trimestre, com a economia crescendo acima do seu potencial no quarto trimestre do ano de 2012. O esperado crescimento mais intenso no segundo semestre se baseou no comportamento da demanda doméstica, desde que o cenário externo deve permanecer desfavorável.

O Relatório registra que os desembolsos do BNDES atingiram o montante de R\$ 41 bilhões no terceiro bimestre de 2012, indicando crescimento de 13,9% na comparação com o mesmo período do ano anterior. A Indústria e a Infraestrutura juntas receberam 71%, R\$ 29,1 bilhões, daquele montante. Os setores de Energia Elétrica e Transportes receberam juntos R\$ 9,3 bilhões, correspondentes a 22,7% do total e a quase 85% dos desembolsos para Infraestrutura.

A segunda seção descreve a situação dos recursos captados pelo BNDES junto ao Tesouro Nacional. Segundo o Relatório, o valor total autorizado para concessão de crédito ao BNDES permaneceu em R\$ 285 bilhões (após a edição da MP nº 564, de 04 de abril de 2012) e não ocorreram novas captações no terceiro trimestre. Assim, o montante captado, R\$ 250,25 bilhões, é igual ao do final do trimestre anterior. Contudo, houve o acréscimo de R\$ 26,4 bilhões provenientes do retorno da carteira de contratos, o que elevou o total disponível para financiamentos a R\$ 276,65 bilhões.

A terceira seção apresenta dados dos financiamentos realizados com os recursos captados. Além dos valores totais, as informações aparecem classificadas por modalidade operacional (Finame, Finem, BNDES-Automático...), região e setor/ramo de atividade. Apresenta também análises econômico-financeiras (quantidades de projetos por porte do tomador, taxas médias de equalização/custo médio da carteira de projetos e custo médio para os tomadores) e descrição dos maiores projetos no período de janeiro de 2009 a junho de 2012 e daqueles apoiados no terceiro trimestre de 2012. Apresenta ainda análise do impacto esperado dos financiamentos sobre a geração de emprego e renda.

A quarta seção informa sobre a aplicação dos recursos concedidos pelo BNDES nos Programas PSI, PER, Procaminhoneiro e Finame Componentes. Tais programas têm equalização pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Em termos gerais, é este o conteúdo do Relatório. Destaco a seguir algumas informações relevantes prestadas pelo BNDES.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO.

O Relatório registra que foram selecionados, no período de 2009 a setembro de 2012, 765.131 projetos, formando a carteira no valor de R\$ 276,65 bilhões.

Quanto às modalidades de financiamento, 20,1% (R\$ 55,6 bilhões) dos recursos totais foram liberados para grandes projetos, de valor superior a R\$ 10 milhões, pela Linha de Financiamento a Empreendimentos (Finem); a Linha de Financiamento a Máquinas e Equipamentos (Finame), responsável pelo crédito à produção e à comercialização de máquinas e equipamentos novos de fabricação nacional, teve participação de 47,6% (R\$ 131,6 bilhões); a modalidade de financiamento à exportação pré-embarque representou 11,8% (R\$ 32,5 bilhões) da carteira; o BNDES Automático, que financia projetos de valor inferior a R\$ 10 milhões, teve participação de 7,3% (R\$ 20,1 bilhões).

No que toca à distribuição geográfica, os desembolsos foram destinados, principalmente, às Regiões Sudeste (46,3%) e Sul (21,4%). As demais regiões tiveram as seguintes participações: Nordeste, 13,6%, Centro-Oeste, 8,5%, e Norte, com 4,8%. Outros 5,5% foram destinados a projetos interestaduais. Observo a Região Sudeste com percentual inferior a sua participação no PIB nacional, 55,3% e, em sentido contrário, a Região Sul com desembolsos superiores a sua participação no PIB, 16,5%. As demais regiões, de forma geral, guardam proporcionalidade aproximada com o PIB regional.

O Relatório destaca, na Região Sudeste o apoio à Petrobras, Embraer e Ford Motor Company Brasil Ltda, além dos desembolsos para a Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e FINEP. Na Região Sul, os destaques foram as operações com a WEG Equipamentos Elétricos e Renault do Brasil S/A. O Relatório destaca dois projetos que compõem integralmente as operações inter-regionais: Petrobras e Transportadora Associada de Gás (TAG), no montante de R\$ 15,1 bilhões.

O principal ramo beneficiado é o da indústria de transformação, com participação de 41% das operações, com projetos aprovados correspondentes ao valor global de R\$ 113,4 bilhões. A seguir está o setor de infraestrutura, que recebeu quase 35,1% do total, com projetos no valor total de R\$ 97 bilhões. Dentro do ramo de transformação, a atividade de fabricação de produtos derivados de petróleo e biocombustíveis absorveu R\$ 30,6 bilhões. No ramo de infraestrutura, a de transporte terrestre recebeu R\$ 68 bilhões e o de eletricidade, gás e outras utilidades, R\$ 14,5 bilhões.

Desagregando os dados por porte do cliente final, vê-se que a participação das grandes empresas foi de 63,5% do volume de recursos (R\$ 175,6 bilhões, em 109.097 projetos). Médias (R\$ 32,8 bilhões, em 96.643 projetos) e pequenas (R\$ 24,3 bilhões, em 148.462 projetos) ficaram com 20,6% do total, e microempresas (R\$ 32,7 bilhões, em 337.223 projetos) e pessoas físicas (R\$ 9,6 bilhões, em 73.456 projetos), com 15,7%. A Administração Pública teve participação reduzida, 0,3% (R\$ 699,1 milhões, em 250 projetos)



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO.

O documento apresenta, ainda, uma estimativa do custo financeiro da carteira de projetos apoiados com os recursos concedidos pela União - Leis nº 11.948/09, nº 12.249/10, nº 12.397/11 e nº 12.453/11 -, correspondente a uma média ponderada da “taxa líquida após equalização” por porte da empresa. Tal taxa é de 1,68% a.a.. Para o tomador final, o Banco estimou custo total médio de 7,56% a.a.. O custo mais elevado foi o das operações com empresas médias e grandes, 7,76% a.a., seguido do das pequenas, 7,64%. O menor custo foi o dos financiamentos concedidos a pessoas físicas (4,91%), seguido do da Administração Pública, 6,03% a.a..

Do total de R\$ 274,64 bilhões já desembolsados, R\$ 38 bilhões destinaram-se a projetos incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com os maiores desembolsos para Petrobras S.A., R\$ 10,4 bilhões, Refinaria Abreu e Lima S.A., R\$ 9,9 bilhões, e Transportadora Associada de Gás S.A. TAG, R\$ 5,7 bilhões.

Os principais projetos apoiados no período de janeiro de 2009 a junho de 2012 e relacionados no Relatório foram: Refinaria Abreu e Lima S.A., Petrobras (70 projetos nas áreas de exploração e produção em diferentes bacias petrolíferas no País), Transportadora Associada de Gás - TAG (incorporação pela Petrobras, em uma só companhia, de todas as suas transportadoras de gás), Telemar Norte Leste, UHE Santo Antônio, Companhia Petroquímica de Pernambuco, Vivo S.A., Construção de plataforma marítima para gás natural - Petrobras - Mexilhão, UHE Jirau, Comgas, Telecom - Tele Norte Leste, Transportadora Gasene (1.388 Km de gasodutos para gás natural), Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco, Cosan (unidade de produção de etanol), Global Village Telecom Ltda, Fibria - Votorantim Papel Celulose S.A., 14 Brasil Telecom Celular, Brasil Telecom S.A., Ambev, UHE Serra do Facão e UHE Estreito.

No segundo trimestre de 2012, os principais projetos apoiados foram: Petrobras S.A., Vivo S.A., John Deere, Renault do Brasil S.A., Ericsson Telecomunicações S.A., Aker Solutions do Brasil S.A. e Tupy.

Segundo o modelo de análise de impacto do investimento sobre o emprego, adotado pelo BNDES e criado em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o efeito estimado dos investimentos totais é de manutenção e/ou geração de 8,6 milhões de empregos.

Informações sobre o Programa de Sustentação do Investimento - PSI dão conta que o estoque da carteira do BNDES relativa ao programa atingiu, em setembro de 2012, R\$ 148,4 bilhões, alocados em 423.764 projetos dos subprogramas Bens de Capital, Inovação, Exportação Pré-Embarque e Projetos Transformadores. O Programa Procaminhoneiro apoiou 48.981 projetos (financiamento para aquisição de caminhões, chassis, caminhões-tratores, carretas, cavalos-mecânicos reboques, semirreboques e carrocerias), com R\$ 8,5 bilhões de desembolsos. O Programa BNDES Emergencial de Reconstrução de Municípios Afetados por Desastres Naturais - BNDES PER contava com uma carteira de 13.483 projetos que totalizavam R\$ 1,3 bilhão. O BNDES Finame



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO.

Componentes, para aquisição de peças, partes e componentes de fabricação nacional, acumulou, até setembro de 2012, 328 projetos e R\$ 202 milhões de desembolsos.

No âmbito desses programas, o custo total médio para o tomador final foi de 6,1% a.a.. No Programa BNDES PSI, o subprograma Bens de Capital teve sua taxa reduzida para 2,5% a.a., em setembro, para as operações contratadas até dezembro de 2012. Também o BNDES Procaminhoneiro teve sua taxa reduzida de 5,5% a.a. para 2,5% a.a..

II – VOTO

Cabe registrar a boa qualidade técnica do relatório, que, apesar de certa concisão na exposição do cálculo do custo financeiro dos empréstimos, atende às exigências do dispositivo legal.

Pelo exposto, opinamos pela remessa ao arquivo do Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao terceiro trimestre de 2012.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado **EVANDRO MILHOMEN**

Relator